

## **A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: UMA INTERPRETAÇÃO DO PERÍODO DE 1975 A 1995-1996\***

Adayr da Silva Ilha\*\*

Nivia Marli da Silva\*\*\*

**RESUMO:** O artigo analisa a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul no período de 1975 a 1995-1996, faz uma retrospectiva histórica da formação da pequena e grande propriedade no Estado e identifica os fatores que determinaram as atuais distorções da estrutura fundiária regional. O grau de concentração da estrutura fundiária foi dimensionado através do índice de Gini, que tem a vantagem de expressar, através de um único número, a combinação de duas variáveis: o número de estabelecimentos e a área por eles ocupada, quando se agrupam esses imóveis por classes de tamanho. Pode-se afirmar que a evolução desse índice da estrutura fundiária do Estado, no período de 1975 a 1995-1996, revela que foram reduzidas as alterações ocorridas no período, apresentando, no geral, valores decrescentes, podendo enquadrar-se dentro da faixa de concentração de média a forte.

**Palavras-chave:** estrutura fundiária; formação da propriedade no Rio Grande do Sul; grau de concentração.

### **1 Introdução**

A terra é um meio de produção fundamental na agricultura, e a produção agrícola é a base da alimentação humana. O homem pode multiplicar as máquinas, os instrumentos, as fábricas, as indústrias e outros meios de produção, mas não pode multiplicar a terra. A ele compete apenas, com a invenção de novas máquinas, equipamentos e o desenvolvimento de novas tecnologias, torná-la mais produtiva. No entanto, há um limite para isso, ou seja, estende-se no máximo até onde vai o tamanho da área territorial. Em decorrência dessa particularidade, a forma de apropriação da terra

---

\* Artigo produzido a partir de Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da UFSM, em janeiro de 2000.

\*\* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM.

\*\*\* Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM.

adquire importância fundamental, além de ter sido objeto de preocupação e de conflitos em diferentes formações sociais.

A forma de apropriação da terra e sua distribuição entre os produtores rurais decorrem do sistema econômico implantado no País e das especificidades históricas que o desenvolvimento assumiu em cada situação regional.

Como problema de pesquisa, surgiu a necessidade de estudar as razões históricas das desigualdades da propriedade da terra e o modo de evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, no período de 1975 a 1995-1996.

Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro seções. Na primeira, faz-se uma pequena revisão bibliográfica, procurando dar ênfase ao processo histórico de formação da propriedade no Estado. Na segunda, analisa-se a estrutura fundiária de 1975 a 1995-1996, tendo como base dados dos Censos Agropecuários do Rio Grande do Sul relativos ao período. Na terceira, analisa-se a concentração da propriedade da terra através dos resultados obtidos do cálculo do índice de Gini e, por último, apresentam-se as conclusões da pesquisa sobre a relação dos aspectos históricos e as desigualdades da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul.

## **2 A formação histórica da propriedade no Rio Grande do Sul**

### **2.1 O sistema inicial de ocupação**

Fagundes (1997) enfatiza que a ocupação do território deu-se com a fixação das fronteiras meridionais da Colônia por parte da Coroa Portuguesa, em 1640. A partir de então, estabeleceu-se uma soberania no grande vazio que separava duas nações, da Capitania de São Vicente até Buenos Aires.

Conforme Pesavento (1997), era necessário que a Coroa Portuguesa tomasse posse oficial da terra compreendida entre Laguna e o Prata. Para tanto, consolidou seu domínio na área e preservou o comércio na região com o envio de uma expedição

chefiada pelo Brigadeiro José da Silva Pais que, em 1737, fundou a fortaleza-presídio de Jesus Maria-José em Rio Grande, transformando a cidade em um posto militar que estabelecia oficialmente a posse portuguesa na área e representava, além disso, uma garantia para a manutenção do comércio de gado. O deslocamento das tropas regulares portuguesas visou concretizar a política de expansão da Colônia em direção ao sul, e a ocupação do território rio-grandense pela Coroa de Portugal fez-se inicialmente por militares e por medidas estratégicas. Mas só a partir de 1733 começou oficialmente a ocupação territorial do Estado, com o regime de sesmarias, que consistia na concessão de extensões de terras mas não na sua propriedade.

Ressalta Lazzarotto (1986) que o estabelecimento da propriedade privada da terra começou na metade do século XVIII, de maneira altamente concentrada e desigual. Criaram-se dois tipos de propriedades: as dos açorianos (pequenas) e as das estâncias (sesmarias), sendo as primeiras de lavoura e as segundas de pecuária.

## **2.2 A formação da grande propriedade**

Uma vez que Portugal tinha a intenção de consolidar a posse da terra que até então era garantida somente pelas armas, houve a distribuição de propriedades em larga escala.

Ohlweiler (1982) observa que o sistema utilizado foi o de sesmarias, implementado em Portugal pelo rei D. Fernando I, em 26 de junho de 1375. Consistia na doação de terras, por parte da Coroa, àqueles que desejassem nelas se estabelecer. O agricultor tinha nesse regime apenas a posse, mas não a propriedade, já que esta pertencia ao Estado. Com isso o fazendeiro não era proprietário, mas recebia somente uma concessão territorial, e as terras que não fossem utilizadas de forma produtiva, num prazo na maioria das vezes de dois anos, voltavam ao controle do rei e poderiam ser concedidas a outra pessoa. A concessão do título de posse por sesmaria só era permitida a pessoas que fossem

“brancas, puras de sangue e católicas. O acesso às terras estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus” (Martins, 1997, p.13). Mesmo assim, as irregularidades se multiplicavam, e várias pessoas de uma mesma família recebiam sua sesmaria.

Para Furtado (1986), o surgimento da grande exploração agrícola deveu-se à abundância de terras, ao clima tropical ou subtropical e à quase inexistência de mão-de-obra local na fase inicial. Esses fatores fizeram com que predominassem as grandes propriedades, cujos produtos eram destinados, muitas vezes, à exportação.

### **2.3 A formação da pequena propriedade**

Em 1820 ocorreu o fim do regime de sesmarias e não surgiu, de imediato, nenhuma legislação sobre a posse da terra. Com isso, a ocupação das terras que ainda não tinham sido doadas passou a se verificar com base nas “posses” que posteriormente se legitimavam.

Houve uma expansão dos pequenos estabelecimentos sobre as terras devolutas ocupadas por antigos assalariados e escravos. No entanto, a valorização da terra, em meados do século XIX, determinou uma redefinição da política de terras, a qual configurou a denominada Lei de Terras, de 1850. Esta lei teve uma grande importância na história da formação da estrutura agrária brasileira, pois, através dela, instituiu-se, juridicamente, uma nova forma de obtenção da propriedade da terra. Para Guimarães (1989), a Lei das Terras propunha apenas impedir o acesso à terra por intermédio da posse ou da compra a baixo preço, prevalecendo, assim, os interesses da classe latifundiária. O produto da venda das terras se destinava à importação de colonos, ou seja, de trabalhadores livres para a grande lavoura, principalmente a do café, com falta de mão-de-obra pela pressão da Inglaterra contra o tráfico de escravos.

A questão da imigração europeia do século XIX está ligada à da escravidão. A dificuldade de obtenção de escravos para as grandes lavouras de exportação determinou a política de imigração de trabalhadores livres para o Brasil.

No Rio Grande do Sul, com os colonos alemães, em 1824, iniciou-se a ocupação de terras acidentadas e cobertas de mata, que estavam abandonadas, visto que não eram adequadas para o sistema utilizado de criação de gado que predominava em termos, quase que absolutos, no território gaúcho. A massa de imigrantes alemães se constituía de agricultores e artesãos, que vieram instalar-se na cidade de São Leopoldo. Foram destinados a esses colonos lotes de 25 a 50 ha.

Já os italianos estabeleceram-se no Estado em 1875:

(...) estes imigrantes vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição de mão-de-obra e a política de imigração e colonização do Governo Imperial. (Giron, 1980, p.45)

Para Guimarães (1989), num regime de economia camponesa baseada no trabalho familiar, as atividades iniciais dos imigrantes tinham como objetivo o atendimento das necessidades vitais: alimentação, moradia e vestuário, obtidas fundamentalmente na própria unidade de produção e complementadas pela simples troca de produtos excedentes, em relação às necessidades familiares.

A despeito de todas as dificuldades, a colonização baseada na pequena propriedade foi uma experiência com muito êxito, vindo a ser reproduzida iniciativa semelhante noutros pontos da Província.

### **3 A estrutura fundiária no Rio Grande do Sul**

A situação da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, no período objeto da pesquisa, compreende a análise dos censos agropecuários nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995-1996, com o agrupamento dos 14 grupos de área total dos estabelecimentos em apenas 8. O primeiro, com menos de 10 hectares, aglomerou os 4 menores (menos de 1 hectare; de 1 a menos de 2 hectares; de 2 a

menos de 5 hectares e de 5 a menos de 10 hectares) e o último, de 1.000 hectares ou mais, reuniu os 4 maiores (de 1.000 a menos de 2.000 hectares; de 2.000 a menos de 5.000 hectares; de 5.000 a menos de 10.000 hectares e de 10.000 a menos de 100.000 hectares).

Através das Tabelas 1 e 2, verifica-se a estrutura fundiária para os anos de 1975 e 1980, classificada por grupos de área. Em 1975, a média dos estabelecimentos do Estado foi de 50,20 hectares, enquanto que, em 1980, o seu tamanho médio aumentou para 50,68 hectares, uma elevação de apenas 0,48%. No tocante aos pequenos e grandes estabelecimentos, verifica-se que, em 1975, 86,27% são pequenos, perfazendo 25,90% da área total. Os grandes, embora sejam apenas 1,70% do total de estabelecimentos, detêm 42,30% da área total, concentrando uma parcela significativa de área. Em 1980, os pequenos estabelecimentos apresentaram uma pequena queda e passaram a representar 86,13% do total com 25,02% da área total. Os grandes apresentaram um aumento pouco significativo, passando a representar 1,72% do total de estabelecimentos e 42,66% da área total.

**Tabela 1 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul - 1975**

Grupos de área (em ha)	Estabelecimento	%	Área (em ha)	%
Menos de 10	153.735	32,62	769.004	3,25
De 10 a menos 20	132.213	28,05	1.815.434	7,67
De 20 a menos de 50	120.650	25,60	3.545.228	14,98
De 50 a menos de 100	30.911	6,56	2.081.673	8,80
De 100 a menos de 200	14.773	3,13	2.029.818	8,58
De 200 a menos de 500	11.055	2,35	3.412.985	14,42
De 500 a menos de 1000	4.609	0,97	3.193.327	13,49
Acima de 1000	3.379	0,72	6.816.323	28,80
<b>TOTAL</b>	<b>471.325</b>	<b>100,00</b>	<b>23.663.792</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados compilados a partir do Censo Agropecuário/RS, do IBGE, de 1975.

**Tabela 2 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul - 1980**

<b>Grupos de área(em ha)</b>	<b>Estabelecimento</b>	<b>%</b>	<b>Área(em ha)</b>	<b>%</b>
Menos de 10	161.141	33,95	790.084	3,28
De 10 a menos 20	131.825	27,77	1.818.072	7,56
De 20 a menos de 50	115.863	24,41	3.411.253	14,18
De 50 a menos de 100	30.674	6,46	2.070.718	8,61
De 100 a menos de 200	15.367	3,24	2.113.821	8,79
De 200 a menos de 500	11.597	2,44	3.590.516	14,92
De 500 a menos de 1000	4.804	1,01	3.314.370	13,78
Acima de 1000	3.389	0,72	6.948.768	28,88
<b>TOTAL</b>	<b>474.660</b>	<b>100,00</b>	<b>24.057.602</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados compilados a partir do Censo Agropecuário/RS, do IBGE, de 1980.

Nas Tabelas 3 e 4, é apresentada a situação para os anos de 1985 e 1995-1996, onde o censo de 1985 demonstrou uma menor área média das propriedades no Estado com um tamanho médio de 47,97 hectares, representando uma queda de 5,35% em relação a 1980. Nota-se, ainda, que neste censo a participação relativa do número de propriedades aumentou no estrato com menos de 10 hectares em relação a 1980, e o percentual de área aumentou nos estabelecimentos com menos de 20 hectares. As pequenas propriedades representavam 86,67% do número de imóveis rurais e ocupavam 25,46% de área total. Os imóveis de mais de 500 hectares, que constituíam 1,66% dos estabelecimentos, ocupavam 41,70% da área total. Isso demonstra que a estrutura fundiária, em 1985, apresentou uma diminuição da área média dos estabelecimentos, mas aumentou o percentual de pequenas propriedades além da diminuição das grandes.

Já em 1995-1996, o tamanho médio dos estabelecimentos é de

50,70 hectares no Estado, e 85,71% das propriedades são pequenas, perfazendo 24,36% de área, e 1,83% são grandes, com 41,66% da área total.

**Tabela 3 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul - 1985**

<b>Grupos de área(em ha)</b>	<b>Estabelecimento</b>	<b>%</b>	<b>Área(em ha)</b>	<b>%</b>
Menos de 10	181.777	36,61	874.989	3,67
De 10 a menos 20	135.464	27,28	1.859.307	7,81
De 20 a menos de 50	113.108	22,78	3.331.014	13,98
De 50 a menos de 100	30.768	6,20	2.075.575	8,71
De 100 a menos de 200	15.471	3,12	2.119.088	8,90
De 200 a menos de 500	11.754	2,37	3.628.034	15,23
De 500 a menos de 1000	4.908	0,99	3.385.945	14,21
Acima de 1000	3.329	0,67	6.547.737	27,49
<b>TOTAL</b>	<b>496.579</b>	<b>100,00</b>	<b>23.821.689</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados compilados a partir do Censo Agropecuário/RS, do IBGE, de 1985.

**TABELA 4 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul – 1995-1996**

<b>Grupos de área(em ha)</b>	<b>Estabelecimento</b>	<b>%</b>	<b>Área(em ha)</b>	<b>%</b>
Menos de 10	150.679	35,09	743.402	3,41
De 10 a menos 20	118.205	27,53	1.636.651	7,51
De 20 a menos de 50	99.146	23,09	2.929.833	13,44
De 50 a menos de 100	27.554	6,42	1.861.909	8,54
De 100 a menos de 200	14.349	3,34	1.974.216	9,06
De 200 a menos de 500	11.600	2,70	3.572.702	16,39
De 500 a menos de 1000	4.778	1,11	3.268.175	14,99
Acima de 1000	3.072	0,72	5.814.000	26,67
<b>TOTAL</b>	<b>429.383</b>	<b>100,00</b>	<b>21.800.888</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados compilados a partir do Censo Agropecuário/RS, do IBGE, de 1995-1996.



#### 4 A evolução do índice de Gini da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

De acordo com a escala estabelecida por Freitas (1983), os índices de Gini encontrados no período analisado, constantes na Tabela 5, estão enquadrados dentro da faixa de concentração média a forte e revelam que foram reduzidas as alterações ocorridas no período, além de apresentarem em geral valores decrescentes.

**Tabela 5 - A evolução do índice de Gini da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em 1975, 1980, 1985 e 1995-1996**

ANO	Índice de Gini
1975	0,652673
1980	0,641898
1985	0,635089
1995-1996	0,633781

Fonte: Dados compilados a partir dos Censos Agropecuários/RS, do IBGE.

A influência da forma de ocupação no grau de concentração foi marcante, mantendo-se até hoje bastante alta. A modernização tecnológica e a capitalização da agricultura também assumiram um papel de destaque nas alterações estruturais, uma vez que as grandes propriedades com condições favoráveis para mecanização apresentaram vantagens comparativas às demais na absorção e incorporação dos progressos tecnológicos que estavam sendo estimulados por políticas econômicas, levando a uma tendência da eliminação de pequenas propriedades.

Em 1975, acentuou-se a concentração da terra, alcançando um índice de Gini de 0,652673, o maior do período analisado. Isso pode ser explicado talvez pelo fato de ter ocorrido, nesse ano, o *boom* da produção de soja no Estado. A soja era produzida nas grandes propriedades por ser, na época, economicamente mais rentável. A rentabilidade ocorria por incentivos do governo para exportação, devido à possibilidade de ganho de escala pela utilização intensiva

de capital mecânico, pela estabilidade de preço (cotação em dólar) e o alto valor de troca do produto.

Assim, as transformações ocorridas na década de 70 alteraram a organização do setor agrícola do Rio Grande do Sul, sendo implementados novos usos do solo, mudanças na estrutura fundiária, modernização do padrão tecnológico e diferenças nas formas de acesso à terra e na composição da mão-de-obra. Nas décadas seguintes, aprofundou-se e alterou-se esse processo.

Uma análise detalhada de dados relativos ao uso da terra, extraídos do Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, do IBGE (1995-1996), permite concluir que a área aberta do Estado apresentou uma queda, passando de 9,1 milhões de hectares, em 1985, para 8,3 milhões de hectares em 1995. O principal responsável pela redução da área aberta foi a queda apresentada nas áreas de lavouras que, entre 1985 e 1995, passaram de 6,59 milhões para 5,63 milhões de hectares. Este declínio da área em lavoura provavelmente pode levar a exagerar a redução que efetivamente se verificou; entretanto, pode-se notar que, a partir dos anos 90, houve certa retração de alguns segmentos de lavouras do Rio Grande do Sul. Já para um grupo de lavouras que compreende o arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, laranja e uva (para vinho), houve um aumento de 6,3 milhões de hectares em 1985, declinando para 5,2 milhões de hectares em 1995-1996.

A lavoura de soja, considerada uma das mais importantes em termos de área, ocupava mais de 3,6 milhões de hectares em 1985, caindo para 2,4 milhões, em 1995-1996. Uma lavoura menos importante, como a da mandioca, apresentava uma redução de área no período, e outras, como a do arroz, do fumo, da laranja e da cana-de-açúcar apresentavam incrementos de área.

Verifica-se, pois, que, em decorrência das mudanças na agricultura e na economia brasileira, principalmente no tocante às alterações nas políticas agrícolas, diminuiu a capacidade de competir de alguns tipos de lavouras. A agricultura do Rio Grande do

Sul foi levada a concentrar parcela significativa de suas áreas aptas a serem cultivadas, as lavouras para os quais o Estado oferece vantagens competitivas, como o arroz e outras lavouras menores. Além disso, a desconcentração ocorrida nas últimas décadas pode estar atrelada ao fato de grandes produtores venderem suas terras para mais de um comprador (diminuindo, dessa forma, a média da propriedade) e comprarem grandes extensões a preços baixos nos estados do Centro-Oeste brasileiro. A descapitalização e o endividamento de um grande número de produtores rurais e a elevação dos custos de produção reduziram a margem de resultados econômicos, com baixa produtividade e perda de competitividade em relação a outros estados do país.

## **5 Conclusão**

Tendo em vista os objetivos do trabalho, chegou-se à conclusão de que a forma pela qual foi ocupado o território do Rio Grande do Sul e a dinâmica que comandou o desenvolvimento do capitalismo no campo foram, provavelmente, os fatores mais decisivos na determinação da estrutura fundiária do Estado.

Sobre a estrutura fundiária, especificamente no que se refere ao Rio Grande do Sul, constatou-se que, no período de 1975 a 1995-1996, as pequenas propriedades tiveram a tendência de queda no percentual de área total ocupada. Enquanto isso, as grandes propriedades, embora com um percentual menor de estabelecimentos, continuaram a ocupar uma maior área do Estado. Essa relação pôde ser constatada na análise dos dados da pesquisa, uma vez que as pequenas propriedades, em 1975, perfaziam 25,90% da área total no Estado com 86,27% do total de estabelecimentos, enquanto que as grandes ocupavam 1,70% de estabelecimentos e detinham 42,30% da área total. Já em 1995-1996, o percentual das pequenas propriedades diminuiu para 85,71%, ocupando 24,36% de área, e as grandes passaram para um percentual de 1,83% dos estabelecimentos e 41,66% da área total.

Em 1975, o índice de Gini alcançou o valor de 0,652673

justificado pelas mudanças estruturais ocorridas e pelo uso da terra. A expansão da lavoura de soja era a variável que mais estava associada à eliminação da pequena propriedade, enquanto que provavelmente nas regiões onde as mudanças no uso da terra foram menos significativas, isto é, onde a estrutura de produção não experimentou grandes modificações, houve uma maior estabilidade para os pequenos produtores que permaneceram vinculados à terra, dedicando-se à produção de alimentos.

Já nas décadas seguintes, devido a alterações ocorridas na política agrícola, houve o direcionamento da produção para lavouras consideradas mais rentáveis, ou seja, àquelas que o Estado possui uma vantagem competitiva melhor, como, por exemplo, o arroz. Além disso, o deslocamento de muitos produtores para a região Centro-Oeste do país, o endividamento de agricultores, os custos elevados da produção, a baixa produtividade e a perda de competitividade em relação a outros estados brasileiros foram fatores determinantes da desconcentração da propriedade.

### **Referências Bibliográficas**

- FAGUNDES, Antonio Augusto. **História do Rio Grande do Sul:** uma nova visão da formação da terra e do povo gaúcho. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. 141 p.
- FREITAS, Claro Luiz de. **Mudanças na posse da terra e capitalização da agricultura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Economia Rural do Centro de Estudos e Pesquisa Econômicas – IEPE/UFRGS, 1983. 81 p.
- FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1986. p. 91.
- GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **Rio Grande do Sul: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 45-47.

- GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 198 p.
- IBGE. **Censos Econômicos**. Censo Agropecuário – RS. 1975.
- \_\_\_\_. **Censos Econômicos**. Censo Agropecuário – RS. 1980.
- \_\_\_\_. **Censos Econômicos**. Censo Agropecuário – RS. 1985.
- \_\_\_\_. **Censos Econômicos**. Censo Agropecuário – RS. 1995-1996.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986. 142 p.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (organizador). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 13 – 14.
- OHLWEILLER, Otto Alcides. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 3, n. 1, 1982. 26 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 142 p.